



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS DESTINADA A DISCUTIR O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 – PL 1.634/2013 -, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2013.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2013, às 10 horas, no plenário, foi aberta a Audiência Pública pelo o senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Dep. Rôney Nemer. Além do Presidente, compuseram a mesa a Deputada Arlete Sampaio, o Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento, Senhor Luiz Paulo Barreto, o Secretário de Estado de Fazenda, Senhor Adonias dos Reis Santiago e a Secretária-Adjunta da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, Senhora Wanderly Ferreira da Costa. Presente no plenário, o Deputado Chico Vigilante. Em sua fala inicial, o Deputado Rôney Nemer informou que a realização da audiência pública atende a uma formalidade legal e que os questionamentos feitos pela CEOF quando do envio do parecer preliminar já foram respondidos. Em seguida, passou a palavra para o Senhor Luiz Paulo Barreto. O Secretário explicou que o orçamento de 2014 é muito parecido com o de 2013, pois em ambos, além de estarem previstos recursos para programas continuados como o Bolsa Família, o Passe Livre Estudantil e o Passe do Portador de PNES, também houve definição de meta para reduzir gastos de custeio da máquina pública com o objetivo de ampliar a capacidade de investimento do Distrito Federal. Explicou a necessidade de se permanecer dentro dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, defendeu a valorização das carreiras públicas e ressaltou o esforço feito pelo Governo em negociar, com muita responsabilidade, aumentos salariais para diversas categorias. Afirmou que o Orçamento de 2014 encaminhado à Câmara Legislativa possui o mesmo padrão de 2013: orçamento de investimento das estatais – TERRACAP, CEB e CAESB, Fundo Constitucional do Distrito Federal, Orçamento Fiscal e de Seguridade Social. Em 2014, a previsão para o orçamento de investimento das estatais é de queda, devido ao fim da construção do Estádio Nacional. Analisando-se a evolução do Fundo Constitucional, prevê-se um crescimento gradual, já que este fundo é um percentual da receita corrente líquida da União. Prevê-se também um recorde de arrecadação pelo Distrito Federal. O Secretário informou que no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado à Câmara Legislativa, o orçamento fiscal e de seguridade é de 21 bilhões 451 milhões, o Fundo Constitucional é de 11 bilhões 664 milhões, investimento das estatais é de 1 bilhão 942 milhões, totalizando 35 bilhões 58 milhões para investimentos e gastos da administração pública. O Secretário chamou atenção para o fato de que, em 2014, pela primeira vez, o investimento vai ultrapassar os gastos de custeio sem que haja aumento no nível de endividamento, já que a captação de recursos é feita com muita responsabilidade, com taxas atrativas e boas condições de pagamento e carência. O Secretário informou que até agora já foram executados 22 bilhões, valor que ultrapassa a marca realizada no ano de 2012 e explicou que os recursos alocados estão privilegiando os projetos estruturantes. O Secretário lembrou que no ano passado, o GDF criou uma carteira de projetos estruturantes prioritários e solicitou à Câmara autorização para remanejar os recursos dessa carteira através de Decreto. Com a autorização da CLDF, foi possível quebrar o recorde de investimentos do ano passado. Para 2014, a proposta é que haja continuidade desse mecanismo, sendo os principais projetos estruturantes que compõem essa carteira na área social: a construção de centros de referência da assistência social, de restaurantes comunitários, de unidades de acolhimento, de centros de educação de primeira infância, de creches, reforma das unidades de ensino da rede pública, construção e reforma das unidades de saúde e de unidades de sistema socioeducativo e implantação de unidades de pronto atendimento – UPAs. Na área de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



infraestrutura, os projetos prioritários são: ampliação do sistema de esgotamento sanitário, construção de unidades habitacionais – projeto Pró-Moradia, recuperação ambiental – Projeto Águas do DF, recuperação estrutural de vias, construção de calçadas no Eixo Monumental, implantação do Veículo Leve sobre Pneu – VLP Sul, implantação do corredor de transporte no Eixo Norte, duplicação e ampliação da via Torto-Colorado, implantação de ciclovias e implantação de terminais rodoviários. Dentro dos projetos estruturantes, 5% dos recursos destinam-se a gastos de custeio e 95% a investimentos. À frente da Secretaria há um ano e três meses, o Secretário afirmou que neste período conseguiu economizar 100 milhões na renegociação de contratos nas áreas de limpeza, vigilância, locação de veículo, xerox . Essa economia, além de significar redução dos gastos de custeio, permitiu a ampliação da capacidade de investimento. Ao encerrar sua fala, o Secretário afirmou que haverá dificuldades e desafios a serem vencidos na execução do Orçamento 2014, mas haverá também seriedade e continuidade nas melhorias e processos de captação de recursos e na redução dos gastos para investimento em pessoal e qualidade do serviço público. O Presidente Rôney Nemer passou a palavra para o Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, Adonias dos Reis Santiago. Ao cumprimentar os presentes, o Secretário afirmou que considera importante a oportunidade de apresentar o cenário de 2014 não como uma ideia, mas como uma realidade, uma vez que Brasília deixou de ser uma cidade administrativa para ser um pólo econômico e como tal precisa prover recursos dentro dos limites impostos pela lei. Segundo o Secretário, a atualização tecnológica da máquina fiscal representa uma mudança significativa, já que através de sistemas desenvolvidos foi possível a implantação do posto fiscal eletrônico, que permite saber, quando da emissão de uma nota fiscal em qualquer unidade da federação, quem é o seu transportador, o seu destinatário, o seu valor e o seu conteúdo. Para o Secretário, apesar de isso ser considerado um avanço, ainda não é suficiente, pois, além dessas informações, ainda precisa haver a notificação das irregularidades. O próximo passo, segundo o secretário, será calcular os valores das mercadorias registradas para verificar se há subfaturamento. O Secretário informou que além do posto fiscal eletrônico, ainda há a nota fiscal eletrônica, o livro fiscal e o controle de gastos por parte. Para isso, foram necessários cerca de 120 milhões de investimento na área de tecnologia. O Secretário explicou que a Fazenda, embora tenha a obrigação de arrecadar tributos, também precisa preservar os agentes tributários locais para garantir uma arrecadação crescente. Nesse sentido, o Secretário informou que estão sendo tomadas medidas necessárias para reter, dentro do Distrito Federal, o setor produtivo. Como exemplo, citou a criação e aprovação do Programa de Desenvolvimento Sustentável Ideias, que se caracteriza como um programa de financiamento do desenvolvimento, garantindo segurança para os investidores uma vez que garante o financiamento sem que haja aumento na tributação. O Secretário também informou que as Secretárias de Fazenda e de Transparência assinaram uma portaria conjunta para avaliar todas as renúncias fiscais do Distrito Federal, pois é do interesse do governo, da Câmara e da sociedade conhecer essas renúncias. Explicou que no Orçamento de 2013 havia cerca de 8 bilhões em renúncia fiscal, mas que em 2014 o valor será muito menor, pois, até 2013, considerava-se o reconhecimento cumulativo das renúncias, mas, a partir de 2014, passou-se a trabalhar apenas com o ano específico. Além disso, o Secretário informou que outras mudanças estão sendo adotadas pela Secretaria com o intuito de aumentar a arrecadação. A primeira delas é que o Fisco está disponibilizando na internet ações que representam 94% das demandas dos contribuintes, tais como pagamento, parcelamento, obtenção de informações e outras. Essas facilidades são consideradas, pela Secretaria, incentivos que proporcionam pontualidade e cumprimento das obrigações fiscais. A segunda mudança refere-se à edição da lei Recupera DF, fase 1.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



Acrescentou que a Fase 2 está em estudos e tem o objetivo de elaborar regras específicas para a sonegação fiscal, já que Contribuintes nessa situação têm que fazer a quitação integral dos débitos, não sendo permitido o parcelamento da dívida. Com relação ao ISS, o Secretário afirmou que o DF é o terceiro maior arrecadador do Brasil, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Antes de terminar sua participação, o Secretário falou sobre a desoneração fiscal, a retirada do Simples da Substituição Tributária e sobre o desenvolvimento, em cooperação com a Secretaria de Educação, do programa Portas Abertas à Cidadania, que ensina educação fiscal às crianças. Ao passar a palavra para a Deputada Arlete Sampaio, o Presidente Rôney Nemer pediu que o Governo também dê prioridade às obras que estão no orçamento participativo, normalmente obras pequenas, que são sugeridas pelas comunidades para facilitar o dia a dia das pessoas. Em sua fala, a Deputada Arlete Sampaio ressaltou que os instrumentos de planejamento deixaram de ser peças obrigatórias para se tornarem instrumentos efetivos da administração e solicitou que o conjunto das reivindicações do Orçamento Participativo seja encaminhado como um anexo do Orçamento, para que o Legislativo local possa melhor analisar e acompanhar as demandas da sociedade. Foi concedida a palavra ao Deputado Chico Vigilante, que falou sobre alguns dos projetos estruturantes que constam do Orçamento, tais como o centro de convivência do idoso, construção e recuperação de calçadas, implantação de ciclovias e construção de terminais rodoviários. Foi passada a palavra ao Secretário Adonias que, em suas considerações finais, abordou a necessidade de se atualizar os valores que servem de base para o cálculo do IPTU, explicou a redução verificada na arrecadação do IPVA, reforçou o compromisso da Secretaria com a modernização dos processos para se elevar a arrecadação e por último, citou a recuperação das agências de atendimento para dar melhores condições aos contribuintes. Após conceder a palavra ao Secretário Luiz Paulo Barreto para fazer suas considerações finais, o Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença das autoridades e demais convidados e declarou encerrada a presente Audiência Pública da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às 12 horas e 05 minutos. Eu, Getúlio José R. Pernambuco _____, Secretário desta Comissão, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente.

Deputado **Rôney Nemer**
Presidente

PUBLICADA NO DCL Nº 173, DE 24/09/2014, PÁGINAS 5 E 6.